

“COM VINAGRE NÃO SE APANHA MOSCAS”:

Trabalhadores rurais, migração, relações raciais e economia em Barra Mansa
– RJ (1888-1920)

“YOU CAN’T CATCH FLIES WITH VINEGAR”:

Rural Workers, Migration, Race Relations and the Economy in Barra Mansa
– RJ (1888-1920)

Thompson Clímaco Alves^{a,®}

^aDoutorando em História Social pelo PPHR – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em História Social pelo PPGHIS – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduado em História também pela UFRJ. Integra o Laboratório de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT-UFRJ). Estuda temas relacionados às seguintes áreas: Brasil República; pós-abolição; Vale do Paraíba Fluminense; trabalhadores/as fabris, rurais e do comércio; colonato; sindicalismo; relações raciais; racismo e luta de classes.

®Contato principal: thompsonclimaco@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como intuito discutir a articulação entre pós-abolição, elites agrárias, modificações econômicas e processo de migração nos mundos do trabalho em Barra Mansa-RJ. O trabalho também explora os sentidos de raça, classe e ruralismo no Sul Fluminense de forma geral e na cidade em questão. Articular-se-á os dados dos recenseamentos e periódicos pós-1888 até o início dos anos 1920, entrevistas com descendentes de escravizados locais com o intuito de demonstrar os antagonismos entre colonos e potentados rurais, bem como a migração foi uma forma de resistência por parte de famílias negras do campo em Barra Mansa.

Palavras-chave

trabalhadores rurais | migração | relações raciais | economia

Códigos JEL

F22 | J15 | J61 | N56 | N96 | R11

Abstract

This article aims to discuss the articulation among the post-abolition agrarian elites, economic changes, and the migration process among workers in Barra Mansa, Rio de Janeiro State. It also explores the meanings of race, class, and ruralism in the South of Rio de Janeiro in general and in this city in particular. It utilizes data from censuses and periodicals from 1888 to the early 1920s, as well as interviews with descendants of local slaves, in order to demonstrate the antagonisms between settlers and rural magnates, as well as how migration constituted a form of resistance on the part of black rural families in Barra Mansa.

Keywords

Barra Mansa | rural workers | migration | race relations | economy

JEL Codes

F22 | J15 | J61 | N56 | N96 | R11

1. Introdução

A região Sul Fluminense obteve grande destaque na produção cafeeira nacional no século XIX, tendo como um dos principais motivos do sucesso a grande concentração de mão de obra escravizada negra (Salles, 2008). A cidade de Barra Mansa está inserida nesta realidade, assim como as outras cidades do Vale do Paraíba Fluminense. Porém, boa parte das produções historiográficas sobre o município se concentra nas questões políticas, sociais e econômicas de dois processos históricos: (i) o período escravista no século XIX e

(ii) na consolidação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) nos anos 1940 em Volta Redonda (à época 8º distrito de Barra Mansa).

Assim, as experiências da população negra barramansense no pós-abolição acabaram concentradas nas análises que indicavam o declínio econômico e populacional do município entre o último quartel do século XIX e o início da Primeira República. Este foco não foi uma exclusividade da cidade e pode-se considerar haver um limbo historiográfico nas produções acerca do pós-1888 no Sul Fluminense. O que é bastante curioso dado os grandes debates historiográficos acerca do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX, focalizados nos fenômenos econômicos e sociais relacionados à produção de café, elite cafeeira e escravidão. Existem algumas exceções como os trabalhos de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios que buscam dar ênfase às trajetórias de famílias negras após o fim da escravidão na região, com destaque para a produção em conjunto das historiadoras, *Memórias do Cativo* (Rios & Mattos, 2005).

Já o segundo enfoque historiográfico da região com produções a respeito da década de 1930 em Barra Mansa segue tendências mais tradicionais relacionadas às questões políticas durante a *Era Vargas*, potentes locais e famílias tradicionais da região. A História Social do Trabalho concentrou suas discussões nos vários aspectos relacionados à CSN, construída em 1941. Os historiadores do trabalho deram ênfase ao processo de industrialização e à formação da classe operária na cidade, com pouca ou nenhuma vinculação com a questão racial.

Posteriormente, passou-se a discutir mais detidamente os mundos do trabalho em Volta Redonda após a emancipação do município em 1954, acentuando debates em torno da classe operária local, mas com pouco ou nenhum destaque às questões raciais (Silva, 2019). Somente nos trabalhos mais recentes que versam sobre a CSN há o estabelecimento de relações entre raça e classe. Fora isso, as produções historiográficas locais não possuem articulações entre raça, mundos do trabalho e economia, muito menos com o pós-abolição. Isso vale para áreas de conhecimento como a sociologia e a antropologia. Boa parte dos estudos dessas áreas sobre a região analisa a privatização da CSN e os impactos econômicos e sociais desindustrialização, sem debates aprofundados sobre dinâmicas raciais ou étnicas.

Desta forma, esse artigo tem como objetivo apresentar novas análises, provocações e intersecções historiográficas entre raça, classe trabalhadora e economia Sul Fluminense no processo de pós-abolição. Considerando o papel do Vale Fluminense no período oitocentista com a produção do café e o aumento da pecuária leiteira no início do século XX, este trabalho busca vincular e ao mesmo tempo especificar as experiências das classes trabalhadores nesses diferentes processos sociais, econômicos e políticos de Barra Mansa. Além disso, há uma parca quantidade de estudos sobre esse tema no período compreendido pelo recorte temporal em análise que mobilizem em conjunto os efeitos do racismo no trabalho rural e outros interpostos econômicos e políticos como: migração, elites agrárias e política ruralista.

Considerando isto, o presente artigo mobiliza documentações como: censos, jornais e entrevistas entre outras, para adentrar nas lacunas apontadas nesta introdução. Bem como mobiliza discussões historiográficas inscritas na história econômica, história social e, sobretudo, história social do trabalho, visando desafiar o limbo historiográfico acerca da relação entre o pós-abolição, relações de produção e processo de migração em Barra Mansa.

Deste modo, a primeira seção evidencia a perspectiva de um jornalista negro, coetâneo ao pós-1888, acerca da desigualdade e racismo em Barra Mansa e o quanto seu prisma se aproxima de outras fontes analisadas e debates historiográficos já consolidados sobre o período. Já o segundo tópico focaliza nas reconfigurações das elites rurais em termos políticos, econômicos e organizativos, visando salientar como os proprietários de terra se estabeleceram e pensaram o trabalho rural no pós-1888, com destaque para a mentalidade ruralista vigente na Primeira República e como isso afetou os trabalhadores/as. Por fim, na terceira seção são apresentadas considerações acerca da experiência tanto dos descendentes de escravizados e libertos que migraram quanto os que permaneceram em Barra Mansa, para salientar as influências dos aspectos raciais e econômicos dos mundos do trabalho que resultaram no êxodo de parte da população negra barramansense.

2. Perspectivas econômicas e sociais sobre pós-abolição em Barra Mansa: contrastes entre um intelectual negro, imprensa local e historiografia

Ao analisarmos minuciosamente as publicações do jornal *Gazetinha*, em especial as manchetes relacionadas ao 13 de maio, foi possível identificar críticas sociais em relação ao governo republicano em comparação com outros jornais locais. Também foi possível perceber críticas a respeito da condição do negro pós-abolição que evidenciavam aspectos de raça e classe, concentradas entre os anos de 1908 e 1909, assinadas pelo pseudônimo de “Don Jayme” que destoavam dos padrões de publicações da própria *Gazetinha* e de outros periódicos. Ao nos depararmos com a manchete: “homenagem póstuma à João Miranda” de 17 de outubro de 1909, foi possível identificar que *Don Jayme* era uma das assinaturas de João Miranda, um jornalista negro no Vale do Paraíba Fluminense.

Nascido em 14 de abril de 1878 em Rio Claro, até em então distrito de Barra Mansa, João Ferreira de Miranda demonstra ter tido uma trajetória bastante peculiar em relação à realidade da população negra de sua época. A começar pela possibilidade de instrução que, de acordo com o texto de homenagem, foi realizada com um dos mais estimados professores da cidade no período, o Sr. Hercílio Machado. Além disso, o texto menciona que Miranda realizou cursos preparatórios na cidade do Rio de Janeiro.

Outra particularidade em sua trajetória são os cargos ocupados, João Miranda foi tabelião interino de 1º ofício em Barra Mansa, professor na escola Viera da Silva, Secretário da Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos, redator e jornalista do *Gazetinha*. Por conta de sua grande estima na cidade, o comércio fechou as portas mais cedo por conta de seu falecimento (JOÃO MIRANDA. Jornal *Gazetinha*, Barra Mansa-RJ 17/10/1909). Dessa forma, nos cabe apresentar as concepções de Miranda a respeito das condições de seus/suas semelhantes, duas décadas após o fim do eito e, por conseguinte, como isso está ligado à sua identidade, particularidades e títulos na sociedade barramansense da época.

Se em 1888 e 1889 a abolição tomava boas páginas e matérias jornalísticas em Barra Mansa, em 1909 a data já passava com certa indiferença na cidade de acordo com João Miranda. Em seu texto intitulado “13 de maio”, o autor inicia sua argumentação discutindo justamente a memória da concessão de liberdade, destaca que quase não é falado o nome daqueles/as que outorgaram o fim do cativo, pois a escravidão (para a geração daquele momento) era “um mytho, uma fabula ou uma ficção sem nexos e sem coordenação”. Logo em sequência, ressalta o peso da escravização para os mais antigos na cidade que vivenciaram esse processo (DOM JAYME. 13 de maio. Jornal *Gazetinha*, Barra Mansa-RJ, 17 de maio de 1909).

É oportuno salientar que apesar de ter nascido uma década antes da abolição, mesmo criança, J. Miranda vivenciou o escravismo em Barra Mansa seja nas relações cotidianas ou na memória de seus antepassados, além de ter percebido o processo do imediato pós-abolição. Este é mais um ponto pertinente e característico de Miranda, em todos os seus textos mais críticos em relação aos problemas sociais de Barra Mansa ou do Governo Federal, o autor utilizava seu pseudônimo *Don Jayme*. Já em publicações em que o foco eram análises de fatos cotidianos da cidade sem grande teor crítico, agradecimento ou conto literário o jornalista assinava com o próprio nome.

De volta ao extenso texto de D. Jayme em relação ao 13 de maio de maio de 1909, para além do esquecimento da importância da data, ele também ressaltava as condições da população negra naquele momento. O autor ponderava os argumentos relacionados a degeneração da raça bastante comuns à época. De acordo com ele, escritores usavam desta noção (degeneração) “para deprimir e amesquinhar a nacionalidade brasileira [dos negros/as]¹” e que a mesma teve a sua principal fonte no seio da escravidão (DOM JAYME. 13 de maio. Jornal *Gazetinha*, Barra Mansa-RJ, 17 de maio de 1909). Após essa crítica direta àquilo que, mais tarde, seria interpretado pela historiografia como base da eugenia no Brasil², D.

¹ Para melhor compreensão da importância e debates em torno da inclusão da nacionalidade dos negros (nativismo) no Brasil, Ver ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão:** intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas, Editora da Unicamp, 2017.

² No início do século XX foram publicados estudos acerca da raça no Brasil como os de Raimundo Nina Rodrigues que relacionavam raça e responsabilidade penal no Brasil, entre outros estudos sobre a degeneração da mestiçagem. Esses estudos são resgatados e publicados nos anos 1930, no governo Vargas, mas consoante com Skidmore (1976) Nina Rodrigues e outros coetâneos foram base para o pensamento eugenista no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX.

Jayme apresenta sua percepção acerca do que hoje poderíamos interpretar como racismo no período, bem como o trabalho como chave para modificar este paradigma:

Ainda hoje o negro tem contra si o preconceito de raça; parece que a côr escura tigna o coração do branco e delle faz um objecto de aversão e de desprezo. Não ha porem mal que não tenha seu remedio e muito mais difficil lhes foi conquistar a liberdade. Sejam sobretudo honestos e trabalhadores porque a honestidade (consentanea com o trabalho) brilha sempre, mesmo charco mais pestilento. Eduquem-se [...] porque a intelligencia e o saber são pharóes divinos [...] elevem-se pela honradez, pela dignidade do caráter, pela sabedoria e pelo trabalho que, com esses esforços pelo evoluir do tempo se lhes dará um logar à mesa dos brancos(DOM JAYME. 13 de maio. Jornal Gazetinha, Barra Mansa-RJ, 17 de maio de 1909)³.

A posição do escritor da *Gazetinha*, primeiramente destoa do que até então havia sido publicado no jornal justamente por confrontar de maneira direta as relações raciais postas nos primeiros anos do século XX. Ao longo do texto e especificamente no trecho citado acima, fica nítida as diferenciações entre negros e brancos no período, além de evidenciar que a luta pela liberdade foi tão grande que a pugna por igualdade não seria um obstáculo impossível de ser alcançado.

Ademais, os pontos destacados por *Don Jayme* para o alcance da igualdade, descrita por ele, como estar “à mesa dos brancos” são justamente a honestidade, educação e o trabalho. Ao analisarmos outros periódicos de Barra Mansa após 1888, é possível perceber haver um significativo número de manchetes que associam negros/asa indolência e violência, com destaque para o jornal *Imprensa Barramansense* que apresentava manchetes pedindo a proibição de negros nas casas de comércio da cidade (PROTESTO. *Imprensa Barramansense*. Barra Mansa-RJ, 24/05/1888). Esses estereótipos são parte da caracterização do racismo constituído no Brasil, consoante com Kabengele Munanga, o racismo retira todas as qualidades humanas do negro e jamais o caracteriza individualmente, todos são iguais (Munanga,2019). Esta prática, ainda segundo Munanga, facilita a retirada de direitos de todo o grupo e sua colocação à margem “da qual o negro nunca é o sujeito, sempre objeto” (Ibid.).

Outro ponto bastante interessante, já no fim argumentação de *Don Jayme*, é a ênfase dada à valorização da raça. O autor deixa claro que a cor não determinava a qualidade do indivíduo, ressalva o valor da raça negra e descreve a realidade do período como “cruel”, “desumana” e que este movimento havia começado na costa da África, onde residiam os ancestrais dos negros/as (DOM JAYME. 13 de maio. Jornal Gazetinha, Barra Mansa-RJ, 17 de maio de 1909). Esses aspectos peculiares do texto expõem uma consciência dos processos históricos de diáspora e o valor da ancestralidade negra, bem como a desumanidade do tráfico negreiro. Estas colocações, bem diferentes do que era produzido até então, chamam atenção, não só para o que era publicado em Barra Mansa, mas por ter sido escrito por um homem negro no Vale do Paraíba Fluminense, antro do escravismo brasileiro na segunda metade do século XIX. Além do mais, o destaque dado ao trabalho e educação como principais meios de combate à desigualdade racial e econômica permeavam os próprios trabalhadores rurais coetâneos ao período de escrita do texto de D. Jayme.

Afora a publicação do 13 de maio 1909, entre setembro de 1908 até setembro de 1909 (um mês antes de seu falecimento) João Miranda publicou aproximadamente 18 textos na *Gazetinha*⁴. Analisar detalhadamente cada texto resultaria em outro artigo apenas sobre o intelectual do pós-abolição barramansense, mas nosso principal objetivo aqui é perceber suas noções e contribuições no tocante as condições de vida e trabalho da população negra pós-1888, com vinculações acerca da sua trajetória, intelectualidade e identidade de forma geral.

Em síntese, o que faz João Miranda tão vultoso para este artigo é seu fino trato com a realidade dos/as trabalhadoras negras de seu tempo tanto quanto a realidade racial e econômica. Em setembro de 1909, seu

³ É importante salientar acerca das transcrições dos textos do fim do séc. XIX e início do séc. XX, mesmo que nos dias de hoje seja muito comum a prática de transliteração, neste artigo optamos por manter a grafia original da documentação para aproximar o leitor das fontes e das perspectivas dos atores sociais em análise.

⁴ Não foi possível identificar outros pseudônimos de J. Miranda no período e nem consultar os números anteriores da gazetinha por motivos de deterioração do documento. Mas, justamente por não poder afirmar apenas a existência do alônimo de Don Jayme, apresentamos apenas as estimativas dessas duas assinaturas do autor, bem como apenas os textos dos seus dois últimos anos de vida.

último mês de publicação e de vida, Miranda sai mais uma vez na capa da *Gazetinha* com a manchete “O elemento nacional”, nesta publicação o erudito e atento intelectual de Barra Mansa traz para o debate as notícias de São Paulo no tocante à mão de obra imigrante “para ocupação do solo nacional” em toda sua argumentação o autor não esconde sua indignação diante da realidade do trabalhador brasileiro, que segundo ele se encontrava em condições de miséria (DOM JAYME. O elemento nacional. Jornal *Gazetinha*, Barra Mansa-RJ, 12 de setembro de 1909). Deixa claro que não era infenso à introdução do trabalhador estrangeiro, mas sua indignação provinha do descaso com o trabalhador nacional. É neste trecho que mais uma vez *D. Jayme* denota sua sensibilidade acerca das questões de raça e classe, ao indagar:

Qual beneficio que os nacionaes (negros, mulatos e caboclos) teem auferido dos cofres públicos? Da fatia do presunto governamental tocou-lhes por ventura desde o advento da República, uma única migalha? Não são elles os mais sacrificados que por contra-golpe lhes vão cahir deshumanamente? (DOM JAYME. O elemento nacional. Jornal *Gazetinha*, Barra Mansa-RJ, 12 de setembro de 1909)

Mediante essas provocações, podemos perceber a noção de processo em relação a condição dos trabalhadores rurais⁵ não-brancos desde 1889 e ao mesmo tempo a capacidade de compreensão de que esses trabalhadores rurais (nacionais) seriam mais afetados com a política de imigração. No fim do texto Miranda pede mais cuidado e análise em relação aos interesses da nação que vinha sendo descuidados com “frases ocas” e com retóricas escandalosamente copiadas do EUA “sem indagar-se si essas leis serão ou não aplicáveis à nossa vida social”.

Para além do questionamento direto acerca da inexistência de políticas de inclusão ou fomento dos trabalhadores nacionais não brancos (fatia do presunto), o fato é que há sensibilidade racial e social de forma ampla em todos os textos mobilizados até aqui, pois se tratam da escrita e percepção de um intelectual negro ciente da realidade da qual fazia parte. Outrossim, os textos de Miranda, coetâneo ao pós-abolição, contrasta a perspectiva dos trabalhos memorialísticos e historiográficos sobre o Sul Fluminense durante a Primeira República, segundo os quais não haveria conflitos e disparidades raciais na região.

Ainda assim, alguns estudos da história agrária coadunam com as perspectivas de João Miranda a respeito do protagonismo do trabalhador rural e efeitos que resultam na migração dos mesmos entre 1889 e 1920. As pesquisas de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira ressaltam como os colonos foram capazes de estabelecer estratégias frente a condições econômicas adversas (Linhares & Silva, 1981.p.35). Outrossim, Linhares e Teixeira salientam a política nula do governo federal em relação à reforma agrária na Primeira República, tal como a cidadania seletiva do período iniciada desde a constituição de 1891 que afetou diretamente os trabalhadores rurais e suas pequenas roças e proporcionou a formação do grande latifúndio da elite agrária no país.

Esta realidade apontada por Linhares e Teixeira acerca da exploração e desigualdade no trabalho rural não é muito diferente no Vale do Paraíba Fluminense. Dado que o sistema de colonato⁶ foi predominante na região durante a Primeira República e as relações entre trabalhadores e proprietário de terra, apesar de suas especificidades, não deixam de compor a realidade agrária de exploração e ausência de cidadania presente no país. Uma característica do Vale Fluminense, por exemplo, foi a posse das roças dos colonos no processo de crescimento da pecuária na região. Mas, de acordo com Marcus Dezemone, os fazendeiros soltavam o gado para pastar nas pequenas terras dos trabalhadores rurais o que contribuiu para desagregação do sistema de colonato, pois já havia uma gama de trabalhadores não agregados à pecuária, aumentando o número de desemprego e apresentando-se a migração como uma alternativa (Dezemone, 2015).

Especificamente em Barra Mansa, o jornal *Gazetinha* noticiava em 1906 o aumento vertiginoso da migração de colonos e do “pessoal de serviço”, domiciliados nas fazendas locais para a cidade do Rio de

⁵ Ainda que não citado diretamente por completo, ao longo texto de Don Jayme, é possível perceber diversas menções ao campo e ao solo que deixam claro a preocupação do Jornalista com os trabalhadores do setor. Além disso o trabalho rural ainda era o principal vetor econômico do país naquele momento.

⁶ É importante salientar que o sistema de colonato do Vale Fluminense é bastante complexo com acordos verbais que facilitavam a grande mobilidade de colonos na região como demonstra os estudos de Hebe Mattos e Ana Rios (2005). Ademais, ao longo desse tópico usamos como termo descritivo e sinônimo ao colonato: trabalho rural, mas sabendo que há nos debates da história agrária uma diferenciação, bem como roçado e outras formas de trabalho no campo. Devido aos limites do artigo, optamos por não adentrar nessas diferenças conceituais pertinentes da história agrária e econômica. Assim, utilizamos um panorama geral para apresentar o mundo rural Sul Fluminense e suas intersecções com raça e classe entre 1888 e 1920.

Janeiro e São Paulo. Já em 1913, o periódico volta a ressaltar a migração dos trabalhadores rurais, desta vez destacando a grande movimentação para o Estado de São Paulo (Gazetinha, 1913). Os números da tabela abaixo evidenciam a diminuição populacional do Vale Fluminense pós-1888. A questão proposta em nossa análise é discutir esses números para além das justificativas econômicas e estritamente políticas, inserindo uma perspectiva social nesse quantitativo populacional.

Tabela 1. panorama populacional do Sul Fluminense entre 1850 e 1920

Cidades	1851	1872	1878	1890	1900	1911	1920
BarraMansa	17.755	25.766	28.702	21.607	21.926	15.000	26.622
Resende	220.000	228.964	229.671	229.691	220.909	22.000	228.210
Valença	228.702	442.131	551.082	33.623	339.869	-	441.389
Vassouras	218.638	339.253	339.981	336.483	335.786	25.000	559.551
Barra do Pirai	-	-	-	17.084	115.318	30.000	228.394
Total do estado do RJ	556.080	782.724	866.963	876.884	926.035	-	-

Fonte:(1) Relatório do Presidente da Província – 1840. (2) Relatório do Presidente da Província – 1851. (3) Recenseamento Geral de 1872. (4) Relatório do Presidente da Província – 1878. (5) Recenseamento Geral de 1890. (6) Tabela apresentadas Anais da ALERJ de 1892, junto a um levantamento sobre o eleitorado fluminense. (7) Censo Municipal supostamente realizado em 1897, segundo informa a Gazetinha em 15.11.1921 (8) Recenseamento Geral de 1900. (9) Relatório de Inspeção do Ministério da Agricultura, 1911. (10) Recenseamento Geral de 1920 (Apud Couto, 2016).

A queda populacional e o enfraquecimento da lavoura eram assuntos recorrentes nos jornais da cidade durante toda a Primeira República, tanto quanto medidas para mudar o panorama econômico de Barra Mansa no período. Como apresentado na tabela acima, o período entre 1911 e 1920 foi o de menor contingente populacional da cidade desde 1850 (início do plantio de café na cidade). No início da década de 1910 o jornal *Gazetinha* também noticiava constantemente a necessidade da criação de uma Sociedade Rural como uma medida para atrair colonos para a região e recuperar o setor. Conforme Sonia Regina Mendonça, a formação de organizações rurais na Primeira República está relacionada ao *Ruralismo Brasileiro*⁷ dado que nesse período:

Assume-se a perspectiva de que essas agremiações, como expressões institucionalizadas de demandas e expectativas diversas, desempenhariam papel crucial [...] entendido como a construção de espaços de poder alternativos ao jogo político-partidário republicano, ilustrando os mecanismos de interrelação entre sociedade civil e sociedade política (Mendonça, 1987).

A noção de ruralismo, tal como suas características desenvolvidas por Mendonça podem ser aplicadas para analisarmos os potentados rurais de Barra Mansa e suas estratégias de manutenção do poder na cidade em específico e na região Sul Fluminense como um todo. Relacionado diretamente a essas estratégias das elites agrárias estão os/as trabalhadores/as. A edição de 24 de dezembro de 1921 jornal *Gazetinha* (o mesmo em que João Miranda publicara com críticas as elites rurais) expõe um texto saudosista acerca da escravização e a glória da região no século XIX, não somente, salienta a importância da lavoura para Barra Mansa e a indispensabilidade da recuperação do setor a partir da organização de uma sociedade rural para desenvolver a pecuária (PELA LAVOURA. *Gazetinha*, Barra Mansa, 24/12/1921).

Para além do reforço da necessidade da recuperação da lavoura e da migração dos colonos, a manchete de 1921 destaca como um dos principais fatores dos tempos áureos da produção rural Sul Fluminense

⁷ Em linhas gerais, nas palavras de Sônia R. Mendonça o ruralismo pode ser caracterizado como um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações de classe dominante agrária no Brasil – tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política – bem como os conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram. (Ver MENDONÇA, 1997)

justamente: “o negro”, trabalhador rural escravizado. A argumentação do texto (sem autoria) está ligada ao ideal de liberdade constituído no Sul do estado do Rio de Janeiro, herdado do período colonial, baseado na cor branca e na potencialidade do negro enquanto propriedade: objeto de trabalho, inerte frente as mudanças do período republicano como é possível perceber na manchete (Mattos, 2013).

Outro ponto bastante pertinente, presente na manchete e em algumas produções historiográficas e memorialísticas, é que sempre os motivos da saída da população negra são externos a região. Ou seja, apresentam todas as vantagens econômicas das grandes cidades, salários melhores nos municípios vizinhos e vagamente desvantagem de permanecer no Vale Fluminense no que tange a condições de trabalho, acordos, estruturas para essa classe trabalhadora rural denunciadas por *Don Jayme* em 1909.

Nessa lógica, após essa breve discussão acerca da realidade do campo pós-1888 e da condição de negros e negras em Barra Mansa, é de demasiada importância especificar as características do *ruralismo barramansense* e como os impactos do pós-abolição influenciaram nas estratégias das elites rurais da cidade e como isso afetou os trabalhadores do setor, principalmente os descendentes de escravizados. Do mesmo modo, a experiência de liberdade dos libertos, as estratégias de lutas, solidariedades e conflitos também são centrais para compreendermos os mundos do trabalho e as relações raciais de Barra Mansa.

3. O ruralismo barramansense: reorganização dos mundos do trabalho agrário e suas interseções raciais

Historicamente os produtores de café e pecuaristas estiverem não apenas no controle econômico de Barra Mansa e região, mas também nos cargos políticos durante o século XIX. Este panorama não é muito diferente no início do século XX, como demonstra a pesquisa de Nikson Salem a respeito dos administradores de Barra Mansa que atesta o fato de os fazendeiros ocuparem o poder político local, tal como seus filhos e netos (Salem, 2016). Logo, nos interessa perceber como, no período do pós-emancipação, foram estabelecidos novos acordos, negociações, conflitos e estratégias nos mundos do trabalho rural e principalmente como o ruralismo local esteve relacionado a experiência de negros e negras no campo.

As visões sobre a economia rural do Vale Fluminense foram bastante generalizadas muitas vezes retratada como estagnada, decadente ou inerte, como bastante ressaltado nas obras de José Botelho de Athayde (1964;1971), Dalmir Corrêa (1980) e outros historiadores locais. No entanto historiografia agrária (com trabalhos mais consolidados em âmbito nacional) constata que a queda de produtividade pós-1888 na região no que tange a mão de obra e esgotamento do solo no Vale Fluminense, foram fenômenos que ocorreram antes de 1888 (Stein,1990). Ao analisarmos os balanços financeiros da Câmara Municipal de Barra Mansa, entre 1890 e 1929, é perceptível a estagnação em termos de produtividade dos fazendeiros locais (Atas da Câmara Municipal de Barra mansa, 1890-1929. Acervo da Câmara Municipal de Barra Mansa) o que coaduna com as análises da história econômica sobre o cenário financeiro dos proprietários de terra do Vale Fluminense (Ver Schulz, 2013). Dado que após o declínio do café, a maioria desses produtores se volta para pecuária, principalmente leiteira.

Em Barra Mansa este cenário não foi diferente, como destacado. De acordo com André Luiz Faria Couto os potentados da cidade monopolizaram o poder em todos os setores econômicos e políticos. Ainda que houvesse questões ligadas à diminuição da produção de café, os dilemas do pós-abolição e a diminuição dos lucros, os mesmos grupos permanecem no poder entre o fim do século de XIX e início do XX. Ainda conforme o historiador barramansense, o poder público no período se concentrou nas famílias Ponce de Leon e Pinto Ribeiro, ligadas à agricultura e pecuária (Couto, 2016. p.181).

Para além da influência econômica e predominância no poder legislativo das elites políticas (descendentes de proprietários de escravizados oitocentistas) no início do séc. XX, após cisão entre os poderes executivos

e legislativo em 1914 esses grupos passaram a prevalecer nos dois poderes⁸, como também, passaram a se organizar em instituições de apoio mútuo visando a manutenção de lucro de seus negócios. Mas essa prática, como vimos, já vinha sendo proposta no século XIX. O jornal *Imprensa Barramansense* noticiava em outubro de 1888 a “união dos lavradores fluminenses” celebrando a fundação do “Clube da Lavoura” e em seguida expunha um texto voltado para a pertinência do lavrador⁹ no município.

Ainda de acordo com o periódico, o lavrador representava a classe da ordem, do trabalho e responsável por alimentar o comércio e a indústria. Além disso, apontava que o grupo não podia ser uma vítima do Estado Monárquico estelionatário. Assim, esse texto responsabilizava a monarquia pela crise da lavoura devido ao fim da escravidão sem indenização. Ressaltava a importância da abolição e de José do Patrocínio, mas sem deixar de frisar que os fazendeiros também não podiam ser prejudicados. Em síntese, para o texto sem autor identificado, a Monarquia roubou a liberdade dos negros e os direitos dos lavradores, ou seja, o jornal defendia simultaneamente à liberdade dos negros e a indenização dos antigos proprietários (*Imprensa Barramansense*. Barra Mansa-RJ, outubro de 1889).

Em meio às críticas à Monarquia e o pedido de organização da lavoura na cidade, o *Imprensa* também se mostrava preocupado com a situação do campo. No extenso texto intitulado “Transformação da Lavoura” torna-se evidente uma das características do *ruralismo barra-mansense*: sua conexão com as tensões raciais, mediante a reorganização imediata do mundo agrário após o 13 de maio. Consoante com o jornal, havia a parcela de culpa do regime monárquico diante da realidade da lavoura naquele momento, mais estritamente no caso de Barra Mansa e região. O jornal apontava ainda certa responsabilização aos próprios fazendeiros devido a maneira com que vinham tratando os libertos, afastando a mão de obra local que migrava para outras regiões: “Aqui [Barra Mansa] também nos consta que os fazendeiros empregam o mesmo meio; e com vinagre não se apanha moscas” (*Imprensa Barramansense*. Barra Mansa-RJ, 24 de maio de 1888).

A partir do ditado popular citado pelo jornal podemos perceber que, ao menos naquele momento, houve um chamamento para que fossem oferecidas melhores condições de tratamento e vida no trabalho rural, considerando as “moscas” como os trabalhadores rurais e o “vinagre” como a estratégia errada dos fazendeiros para mantê-los em suas terras. Ainda que a cidadania e a salubridade dos/as libertos/as não sejam o enfoque dos textos e sim a sobrevivência do trabalho rural — principal setor econômico da região até aquele momento — essa denúncia deixa claro que as elites agrárias de Barra Mansa que resistia às leis abolicionistas desde 1871, relutou para libertar os escravizados após a Lei Áurea e, além disso, mantiveram o tratamento escravista nas relações de trabalho e negociação com trabalhadores rurais negros/negras no pós-abolição (*Transformação da Lavoura*. *Imprensa Barramansense*. Barra Mansa-RJ, 24 de maio de 1888).

Os argumentos de Sonia Regina Mendonça sobre o *ruralismo* em âmbito nacional são úteis, numa escala menor, para analisar o Clube da Lavoura Barramansense que, já em 1888, estruturava suas bases como: “agência articuladora entre classe, política e ideologia” (*Pela Lavoura*. *Imprensa Barramansense*. Barra Mansa-RJ, 23 de outubro de 1888). Por meio da leitura das páginas do *Imprensa Barramansense*, podemos inferir que a mentalidade escravista, a exploração intermitente dos trabalhadores rurais e negação de direitos de cidadania aos negros/as faziam parte da ideologia dessa instituição em formação na cidade. A manutenção do poder econômico e político dos lavradores estrutura-se numa ideologia racializada, pela qual seria necessário negar e restringir direitos legítimos de libertos e seus descendentes.

A organização dos lavradores de Barra Mansa e região permaneceu durante a virada do século e foi beneficiada pelas políticas de Nilo Peçanha, então presidente do Estado do Rio de Janeiro. A reforma promovida por Peçanha em 1903, resultou em diversas mudanças no estado do Rio de Janeiro, sendo que duas delas beneficiavam diretamente os produtores rurais: (i) redução dos impostos sobre a exportação, (ii) nomeação do prefeito realizada pelo presidente do estado. O historiador André Couto ressalta a relação estreita dos potentados do Sul Fluminenses com Nilo Peçanha. De acordo com ele, os proprietários pleiteavam seus interesses junto ao governador e em troca mantinham a base nilista na cidade (Couto,2016).

⁸ Até 1914 Barra Mansa não possuía prefeito, o poder executivo ficava a cargo do presidente da câmara de vereadores.

⁹ O termo lavrador nessa época era designado tanto para fazendeiros quanto para trabalhadores rurais como demonstram os trabalhos de Karl Monsma (2021) e Fernando Teixeira da Silva (2022). Para evitar qualquer confusão, iremos utilizar o termo apenas para os proprietários de terra, uma vez que a nomenclatura foi utilizada numa instituição dos mesmos.

A influência de Peçanha na região foi grande no início do século XX. Em junho de 1909, por exemplo, o *Gazetinha* publica um extenso texto parabenizando as políticas de Nilo Peçanha, nesse momento presidente do Brasil, com ênfase na criação da pasta da agricultura no estado e os benefícios da mesma para o desenvolvimento da lavoura e da economia nacional (Jornal *Gazetinha*, Barra Mansa-RJ 27 de junho de 1909). Ainda conforme as informações do *Gazetinha*, essas relações políticas também favoreceram o fortalecimento da lavoura e unidade dos produtores, pois em outubro de 1909 o jornal publica uma sequência de 3 artigos relacionados aos avanços das produções barramansenses e o que mais seria necessário para a manutenção deste crescimento. Com um título da manchete “Pela Lavoura” bastante corriqueiro nos jornais, eram argumentados a necessidade das diminuições de impostos, principalmente dos produtores de café para evitar maiores prejuízos. Este trecho deixa claro a continuidade da produção do café na cidade que nas obras memorialísticas teria sido rapidamente substituído pela pecuária. Para mais, todas as demandas e críticas aos impostos parecem ter sido o principal incômodo dos produtores locais, principalmente dos produtores de café, que de acordo com a matéria, pareciam ser o mais afetados com tributos municipais e estaduais, com destaque para os impostos de exportação, bastante citado.

No entanto, essa unidade organizativa dos proprietários parece não ter sido mantida ou, pelo menos, foi estremecida com a crise do Clube da Lavoura¹⁰. Em março de 1911 a *Gazetinha* anunciava com muito pesar a dissolução do clube. O jornal descrevia a instituição como grande prestadora de serviços, que por muitos anos manteve a união dos lavradores da cidade. Fundada em 1888, o Clube da Lavoura durou 23 anos e o motivo de sua separação, conforme o texto era justamente a luta política que acabou levando ao fim da entidade. Ao término do artigo, o autor também não identificado, pedia a intervenção e investimento do poder público para o fortalecimento das instituições, sociedades e estabelecimentos barramansenses (Indiferentismo. *Gazetinha*, Barra Mansa-RJ 16 de março de 1909).

Em relação à política e economia, no fim de 1911, o *Gazetinha* faz um panorama geral da situação municipal em relação a todo país. Assinado por Jansen Tavares, o texto ressalta que instabilidade da economia local era resultado de funesta política marcada por interesses individuais e conflitos entre os próprios produtores. Outrossim, Tavares pondera a situação do município com o governo estadual e federal, que segundo ele, não estudavam as necessidades das cidades a não ser pelas compensações, encerrando o texto como uma dura crítica a legislação em relação à agricultura, apontada por ele como indústria Base. Na visão do jornalista, sem agricultura as indústrias seriam uma utopia não só em Barra Mansa, mas em todo o país. Para mudar o panorama econômico da cidade o colunista, Tavares ressaltava a necessidade de redistribuir a taxaço entre os setores (rurais e industriais) ou não haveria progresso com essa política tributária descrita por ele como aproveitadora, por restringir a economia para si “absorvendo covardemente os resultados que deveriam pertencer à coletividade”.¹¹

Apesar da desagregação do clube da lavoura, a ideologia do ruralista já estava posta na cidade não só pelas políticas e poderes exercidos pelo grupo na cidade, principalmente no governo de Peçanha, como exposto, mas também por toda efervescência nacional em torno da mentalidade ruralista (Mendonça, 1987. p.39). Todavia, se a mentalidade permaneceu e houve uma cisão política entre os fazendeiros, é necessário observar essa nova conjuntura econômica e política, bem como possíveis alterações no ruralismo barramansense durante a segunda década do século XX.

Consoante com os dados do recenseamento geral de 1920, o setor predominante na cidade e na microrregião Sul Fluminense ainda eram agricultura e pecuária (Recenseamento Geral do Brasil de 1920. p.714). Os estudos de Stanley Stein apontam no mesmo sentido, ao analisar o impacto da abolição em Vassouras e no Vale; para o historiador a criação de gado foi adotada como a solução imediata na região assim como em Barra Mansa (Rodrigues, 2011. p.237). Deste modo ao compararmos a produção pecuária, principalmente leiteira, que havia despontado como principal produto comercial da região, podemos perceber que nesse momento Barra Mansa era apenas a 5^o (quinta) maior produtora de laticínios no Estado do Rio de Janeiro atrás de Resende, Piraí, Cantagalo e Vassouras, respectivamente (Rodrigues, 2011. p.386).

¹⁰ Até o momento de produção desse texto, não foram encontradas as minúcias em relação cisão do Clube da Lavoura. As produções bibliográficas locais também não possuem explicações sobre o caso.

¹¹ TAVARES, Jansen. Política e economia. *Jornal Gazetinha*, Barra Mansa-RJ 02 de novembro de 1911).

As críticas de *Jansen Tavares* em relação a produção sugerem ter origem na produtividade medíocre de Barra Mansa no início do século em comparação com as cidades vizinhas. Já em relação aos seus questionamentos sobre medidas protecionistas à agricultura, há na historiografia produções que nos ajudam a compreender o impacto das mesmas no período, como demonstra a pesquisa de Maria Fernanda Rodrigues acerca do pós-abolição em Resende. A historiadora evidencia que tais medidas foram a saída encontrada pelo Estado para inserir novas culturas e acelerar as transformações diante da crise do setor cafeeiro (Rodrigues, 2011. p.389).

Ademais, a unidade dos potentados agrícolas é outro ponto presente nas argumentações de Tavares e precisa ser relativizado. Dado que houve neste mesmo ano a cisão do *Clube da Lavoura*. Porém, isso não indica que foi permanente e que novos grupos não podem ter sido formados, já que a partir de 1916 foi identificado a circulação do *Gazeta da Lavoura* em Barra Mansa, periódico distribuído gratuitamente na cidade sob a responsabilidade do grupo que formaria o *Partido da Lavoura* e da indústria da cidade. Nesse ínterim, foi criada uma nova associação entre os grandes proprietários locais dos três grandes setores de produção, que desta vez tinham o próprio veículo de informação e divulgação.

Para Sônia R. Mendonça a face política do *ruralismo* detinha “diferenciações e/ou antagonismos, emersa de um conjunto de produtores de discurso com equivalente condição de classe” (Mendonça, 1987. p.67). Essa face política em Barra Mansa está bem evidente, dado que 5 anos após o fim do *Clube da Lavoura*, o grupo preponderante da elite rural de Barra Mansa, liberada por Oscar Fontenelle¹², cria um canal próprio de informação e, 2 anos depois, o mesmo grupo funda o Partido da lavoura local. Ainda conforme Mendonça, as dimensões constitutivas do ruralismo são parte do movimento político, debates de ideias e política pública (Ibid. p.67).

O movimento político entre as elites rurais como demonstrado já existia antes da proclamação da República e claramente possuía antagonismos, dado o fim do Clube da Lavoura. Mas, a partir de 1916 é possível identificar a consolidação do *ruralismo barramansense*, pois a fundação do jornal simbolizava os debates de ideias com a população em geral, assim como se tornava um espaço de reivindicação da classe dominante. Já o partido era a expressão máxima do movimento político e a possibilidade da realização de políticas públicas em benefícios dela. É importante ressaltar que o movimento político dos fazendeiros e a realização de suas políticas já ocorria na câmara antes da formação do partido, mas a partir de 1918 todas as pautas, propostas e realizações estavam centradas na entidade instituída como voz dos ensejos dos lavradores barramansenses. E desta forma, o movimento se aproxima das tendências nacionais do período, uma vez que o setor agrário brasileiro era bastante politizado na Primeira República (Ibid.).

Somado a esse movimento havia publicações bastante tendenciosas da *Gazeta da Lavoura* e, junto a essas publicações favoráveis à elite rural, por meio das páginas do jornal também é possível perceber a unidade e forma de atuação dos grandes lavradores barramansenses. Na edição de março de 1918 era noticiada outra vitória do congresso agrícola ao conseguir pleitear, junto ao Governo Federal, o prolongamento da linha Oeste Minas até Angra dos Reis e construção de uma ponte no distrito de Volta Redonda sob o Rio Paraíba (*Gazeta da lavoura*. Barra Mansa, RJ. 28 de março de 1918). A primeira medida beneficiaria o escoamento da produção Sul Fluminense para fora do Estado e do País, diminuindo os custos de transporte até então realizados no porto da cidade do Rio de Janeiro, já a segunda facilitava o transporte de mercadoria na própria região já que o Rio Paraíba do Sul corta Volta Redonda e dificultava o transporte de produtos no distrito para outras cidades e vice-versa. Nessa mesma edição, é relatada “outra reunião de fazendeiros em Barra Mansa” com o intuito de discutir os interesses deles e dos comerciantes junto à população e anunciar as “mudanças conservadoras” que a cidade necessitava, como crédito agrícola e maior atenção ao comitê de produção. De forma resumida, o texto convida a população para lutar pelas “Classes Productoras” da edilidade (Outra reunião de fazendeiros em Barra Mansa, *Gazeta da lavoura*. Barra Mansa, RJ. 10 de março de 1918).

Essas publicações evidenciam a articulação política com outros setores, principalmente com o comércio,

¹² Fontenelle era de uma família tradicional de Barra Mansa com propriedades rurais e comerciais, seu pai, Ary Fontenelle já havia sido vereador da cidade seu filho seguiu os mesmos passos no século XX tornando-se advogado e líder do Partido da Lavoura.

como explicita o próprio texto ao passo que mostra a amplitude da influência do setor agrário. No fim de 1918 o *Gazeta da Lavoura* destacava que o principal objetivo do partido da lavoura era: defender os interesses das classes laboriosas (lavoura, indústrias e comércio) e garantir a esses grupos legítima representação na política do país, tanto quanto lutar pelo crédito agrícola não hipotecário para que haja de fato um plano econômico realmente protetor a classe (*Gazeta da lavoura*. Barra Mansa, RJ. 8 de dezembro de 1918). Liderado por Oscar Fontenelle rapidamente o partido cresce e em janeiro de 1919 já tinha representação na posse presidencial de Epitácio Pessoa e firmava um acordo com o Partido Republicano Fluminense, liderado por Mario Ramos¹³ que no ano anterior contava com o apoio dos fazendeiros barramansenses para se eleger como deputado.

Essa interligação com outros partidos e setores da economia e o rápido crescimento acrescentam mais evidências do *ruralismo* local atrelado ao fenômeno nacional analisado por Mendonça, que demonstra a conexão das classes intelectuais e políticas nas instituições rurais somado o incentivo da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)¹⁴ à essas pequenas entidades, assim como o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) que funcionava “como agência do aparelho de Estado aglutinadora de certas facções de proprietários rurais, mormente aquelas vinculadas à SNA”(Mendonça, 1987. p.136).

Ademais, é importante ressaltar que essas organizações foram interpretadas pela história política e parte da historiografia mais tradicional do Vale Fluminense, como um movimento quase natural, devido à crise da produção cafeeira e pela manutenção do poder. Em outras palavras: ações determinadas pela economia e pela própria política, apenas. Ao observarmos pela ótica da história social, o *ruralismo barramansense* e todas as suas articulações nessas duas primeiras décadas do século XX, também estavam vinculadas ao pós-emancipação e às ações dos trabalhadores agora livres, seja como não aceitação da permanência de acordos oitocentistas e conseqüentemente a saída da região no decorrer dos anos 1910, como denunciavam os diversos jornais da cidade: *Gazetinha*, *Aurora Barramansense*, entre outros.

Logo, perpassa pela noção desenvolvida por Mendonça, aplicada frente às especificidades de Barra Mansa, o caráter racial e de classe. Pois para prosperar, a elite agrária precisava da manutenção dessa mão de obra rural por meio de negociações calcadas na exploração. Ao mesmo tempo, esse movimento de união de grandes fazendeiros dificultava produtores menores pobres, principalmente negros libertos que tinham propriedade. Deste modo, mentalidade escravista e ruralista dos potentados rurais tornava a ascensão de agricultores negros quase impossível, assim como a participação dos mesmos nessas sociedades rurais e partidos, o que reforçava a visão do período do negro/a útil apenas na lavoura.

Como exemplo dessas estratégias de dominação para além do prisma político, a trajetória de Teresa Marcelina da Silva, descendente de escravizados e libertos, destaca que sua família foi de Minas Gerais para Barra Mansa, tendo a mesma nascido na cidade, em 1915. Ela se recorda que seu pai detinha um sítio que produzia queijo no município e que perdeu o terreno, sem, contudo, lembrar o motivo. Após perder o sítio, segundo Teresa Marcelina, seu pai e os irmãos deixam o campo para trabalhar na ferrovia da cidade e depois apenas seus irmãos migram para a Baixada Fluminense¹⁵.

A perda do sítio do Pai de Marcelina sugere e reforça a tese de dificuldade dos pequenos proprietários de terra negros em se manterem, justamente por não estarem inclusos nessas associações de lavradores, clubes e partido. Nessa linha, também denota que mesmo possuindo a própria terra e produção, a ascensão de famílias negras não estavam garantidas. Desta forma, é possível inferir que o ruralismo também foi um fator que dificultava famílias negras livres angariarem melhores condições de trabalho e adquirir propriedades produtivas, dado o sistema dominado pelo grande latifúndio dificultava a capacidade de competir economicamente, juridicamente e politicamente, diante de estruturas engendradas na desigualdade racial e ausência de cidadania na Primeira República¹⁶.

¹³ Mário Ramos era o líder do Partido Republicano Fluminense de Barra Mansa era advogado e tinha relação estreitas com os ruralistas, logo com o Partido da Lavoura. Frequentemente publicava textos no *Jornal da Lavoura* sempre com Cunhos e promessas políticas.

¹⁴ Para Mendonça a SNA teria sido a instituição fundamental para a formação de sociedades agrárias pelo país e, dado o rápido crescimento de Barra Mansa e a existência de grandes potentados rurais no Vale, sendo assim é difícil pensar o Clube da Lavoura e, posteriormente, o partido desvinculado à instituição (Mendonça, 1987. p.132).

¹⁵ Teresa Marcelina da Silva. Entrevista concedida a Ana M. Lugão Rios. *Memória do Cativo e Identidade Étnica (1888-1940)* - UFF, Paraíba do Sul, novembro de 1994. Disponível em: www.labhoi.uff.br.

¹⁶ A realidade vivida pela família de Marcelina da Silva não generaliza a experiência de famílias negras no campo Sul Fluminense. Ainda que não encontradas pela historiografia do Vale Fluminense e nem nas fontes analisadas até aqui, podem ter havido roças de famílias negras capazes de resistir ao sistema de grandes latifúndios na região. Ainda assim, este cenário vivido pela família de Marcelina da

Doravante, essa conjuntura do mundo do trabalho rural barramansense apresenta uma característica bastante comum de sociedades marcadas pelo escravismo; o negro tido como vítima em potencial e interpretado como a antítese do branco (Cardoso, 2011. p.24). São nesses moldes que se estruturam as hierarquias raciais e de classe na cidade. Pois, essas são propriedades que constituem o racismo institucional que ao mesmo tempo garante a brancura em posições de poder na localidade, seja na formação entidades (Clube da Lavoura e afins) ou no controle do poder legislativo. Uma vez que “as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (Almeida, 2019.p.27). Logo, perscrutar o *ruralismo* na ótica racial é compreender que se trata da reorganização e consolidação de homens brancos para manterem inalterados os privilégios e hierarquias do período escravista, o exercício pleno do *pacto narcísico* da branquitude (Bento, 2001).

No entanto, em termos thompsonianos, se entendermos *classe* em seu sentido heurístico no processo aqui analisado, os trabalhadores rurais foram sujeitos que experimentaram situações de exploração e relações produtivas desiguais, bem como se organizaram, agiram e resistiram dentro desta conjuntura. Nesse sentido, a migração pode ser interpretada como uma ação determinada frente ao ruralismo, em outros termos, esta movimentação qualificaria a “experiência e sua cultura das mais complexas maneiras” (Thompson, 1981.p.182).

Deste modo, na próxima seção iremos analisar a migração e experiência dos trabalhadores rurais pós-abolição em oposição aos interesses das elites rurais. Além de discutir como esse processo caracteriza a experiência de negros/as e assim percebermos como raça e classes e potencializam no cenário rural (econômico e político) de Barra Mansa. Posto que, na medida em que dos termos do colonato pós-1888 não foram aceitos pelos/as trabalhadores, assim como foram postos em xeque os valores e as tradições oriundas do período escravista. Logo, o estopim para a movimentação da elite agrária na região Sul Fluminense foi justamente marcado por leis abolicionistas. Assim, vimos primeiro a movimentação do grupo hegemônico e, para ampliarmos nossa interpretação, precisamos perceber os colonos, considerando cor/raça na experiência dos mesmos.

4. Trabalhadores rurais, migração e experiência de liberdade

Em 1909, João Miranda clamava pela valorização do trabalhador rural brasileiro e denunciava a situação de vulnerabilidades, principalmente de não brancos que atuavam no setor¹⁷. A elite agrária local a essa altura estava se reorganizando mediante os impactos financeiros causados pela abolição¹⁸ como vimos, mas também era criticada pelo tratamento dado a mão de obra era majoritariamente liberta e/ou descendente de escravizados. Desta forma, a cor se torna um aspecto fulcral na experiência dos descendentes de escravizados, tal como pode ser percebido nos relatos dos/as mesmos/as e que nos aproximam da experiência dos colonos que permaneceram na região. De acordo com Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, a mobilidade e o trabalho familiar demarcam a nova experiência de liberdade no Sul Fluminense. Ao mesmo tempo, o trabalho no campo e a continuidade do poder dos fazendeiros apresentam-se como alguns dos principais eixos de relação entre período escravista e a Primeira República (Rios & Mattos, 2005. p.121).

De acordo com o historiador Carlos Eduardo Coutinho da Costa, nos últimos anos houve o crescimento de pesquisas relacionadas à mobilidade de famílias negras no pós-emancipação (Da Costa, 2015). Acerca do Vale Fluminense, a influência e inspiração destes debates são os trabalhos pioneiros de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios. No início dos anos 2000 com seus trabalhos consolidados, as historiadoras já destacavam a ênfase do prisma econômico em detrimento da perspectiva social e política do processo de migração. Além

Silva não deixa de expressar as dificuldades e conflitos do campo no Sul Fluminense por famílias negras rurais.

¹⁷ De acordo com a historiadora Paulina Alberto (2017), durante a Primeira República as teorias de branqueamento e valorização do imigrante transformaram o termo “nacional” em um eufemismo para se dirigir aos negros. Em seu texto João Miranda demarca racialmente os nacionais com os termos: negros, mulatos e caboclos), o que coaduna com as contribuições de Alberto.

¹⁸ Para compreender a reorganização econômica após abolição no que tange à empréstimos para agricultura, imigração ver Lobo, 1978 e Schulz, 2013.

disso, as mesmas ressaltam que esses discursos de uma maneira “quase natural” tenderam a enfatizar a questão da substituição do trabalhador negro pelo imigrante europeu de forma generalizada como se a experiência paulista representasse a realidade nacional (Rios & Mattos, 2005. p.174).

De acordo com Petrônio Domingues, é importante ponderar essa “substituição” até mesmo em São Paulo, pois os ex-escravos e seus descendentes foram dotados de vontades próprias e foram capazes de reorganizar a vida a partir da própria perspectiva, reinventaram a liberdade e de forma alguma apresentaram estado de anomia social pós-emancipação (Domingues, 2019. p.33). Na mesma linha, o historiador Karl Monsma evidencia, ao analisar o colonato no Oeste Paulista, que não houve substituição da mão de obra negra pela imigrante na região e sim um “sistema de desvantagem para negros e vantagem para imigrantes que lhe proporcionaram melhores condições de vida e trabalho, bem como possibilidade de ascensão social”. Essas vantagens expressas na obra de Monsma não passam por falta de trabalho no campo ou serviços manuais para negros/as e sim pela dificuldade de acesso à propriedade e a educação. Monsma mostra as distinções na região que faziam parte de um sistema que dificultava a possibilidade de crescimento econômico e melhores alternativas para famílias negras (Monsma, 2010. p.510).

Por conta desses motivos Domingues e Monsma, chegam a conclusões bem parecidas acerca dessa generalização da experiência do negro no pós-abolição paulista, que se estendeu como via de regra em alguns trabalhos historiográficos sobre pós-1888 a todo o país. Para eles a conveniência e baixo empirismo nas pesquisas em relação ao racismo prejudicaram as análises sobre o tema. Dado que, de um lado o negro foi posto como incapaz de sobreviver na sociedade capitalista e de outro culpavam o racismo das políticas imigrantistas e das elites sem problematizar as relações raciais entre os imigrantes e a população negra e comparar as condições postas para cada grupo no mesmo período.

Esta generalização “da substituição da mão de obra negra pela imigrante, está no discurso de memorialistas e historiadores do Sul Fluminense como Botelho de Athayde Dalmir Côrrea, respectivamente. Os trabalhos de Mattos & Rios (2005, Coutinho da Costa(2015), Álvaro Nascimento (2012) e outros/as já citados, refutam esta generalização da realidade paulista para todo o Brasil. Em relação ao Vale Fluminense, essa crítica é bastante necessária, pois, ao analisarmos os dados do recenseamento de 1920 de Barra Mansa, Resende, Barra do Piraí, Valença e Vassouras — maiores cidades da região à época — podemos perceber que o número de estrangeiros não ultrapassa 5 % do contingente populacional nestas cidades, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2. percentual de imigrantes em municípios do Vale Fluminense em 1920

Cidades	Total de habitantes	Total de imigrantes (homens e mulheres)	Percentual de imigrante por cidade
Barra Mansa	26.622	570	2,15 % (aprox.)
Resende	28.210	523	1,86 % (aprox.)
Barra do Piraí	28.394	1.278	4,5 % (aprox.)
Valença	41.389	923	2,23 %(aprox.)
Vassouras	59.551	1.419	2,4 %(aprox..)

Fonte: Recenseamento Geral de 1920

Por meio dos números da *tabela 2* fica evidente que a maioria da população residente no Sul Fluminense é brasileira e, considerando o passado fortemente escravista da região, negra. Em virtude da ausência de imigrantes como em São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, restou aos descendentes de negros livre e libertos do século XIX na região continuar majoritariamente nesse setor, que já ocupavam. Esta inferência parte dos baixos números de imigrantes acima e do grande contingente de trabalhadores rurais na região pós-1888.

A partir dos relatos do projeto *Memórias do Cativo* é possível perceber a realidade dos trabalhadores rurais locais entre este imediato pós-abolição e os anos 1920. Também é possível identificar que os motivos dessas migrações estão relacionados às condições postas nos mundos do trabalho local e, não só à falta de trabalho no Sul Fluminense ou somente ao mercado atrativo da Capital Federal e outras cidades maiores do Estado do Rio ou de São Paulo.

O relato do trabalhador rural, Cornélio Cancino, sobre o cenário do campesinato pós-1888 nos ajuda a perceber o contexto de violência no sistema de colonato denunciado pela *Imprensa barramansense* e pela *Gazetinha*: “Não podia falar nada eles eram o delegado [...]. Eram o dono, quem mandava eram os coronéis, os fazendeiros, os grandes é que mandava. O que eles fizessem tava feito, se matasse, tava morto mesmo” (Rios & Mattos, 2005. p.233). Ademais, Cancino destaca a realidade daqueles/as que eram expulsos das fazendas, “[...] “Se tivesse sido tocado de uma fazenda não iria entrar em outra fazenda. Se levasse qualquer bagagem da fazenda cá, não entrava em outra porque eles não aceitavam” (Ibid.).

Esses trechos da entrevista de Cancino, torna evidente a ausência de cidadania como um aspecto fundamental para a iniciativa de migração desses trabalhadores e trabalhadoras. Este aspecto também reafirma a pouca preocupação da elite rural barramansense em ter condições e relações de trabalho e atrativas para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que mantinha um discurso de queixa em relação à uma suposta desestabilização do mercado agrário por conta da abolição.

Ao contextualizarmos o Brasil pós-1888, é possível perceber que isto não é uma característica somente do Vale Fluminense. O período oitocentista foi marcado por hierarquias raciais que condicionaram o exercício dos direitos civis, no qual a cor orientou essa distribuição desigual de cidadania no período, consoante com Iacy Mata e Marcus Rosa (Freire & Carula, 2020). Na mesma linha, a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto demonstra, por meio da legislação do século XIX, a construção legislativa, política, econômica entre outros aspectos, da incompatibilidade entre indivíduos negros e a cidadania plena foi base para “uma prática fundamental para a naturalização da discriminação racial em diferentes épocas e de múltiplos sentidos” (Pinto, 2022).

O relato de Cancino sobre a violência sofrida por seu colega de trabalho Simão por não ter votado no candidato do proprietário da fazenda em 1923, perpassa por essa ausência de cidadania negra destacada por Pinto. Segundo Cancino, após descobrir a desobediência do funcionário, o dono da fazenda ordenou que o capataz fosse atrás de Simão e:

Quando ele [Simão] desceu, ele tava na beirada do barranco lá em cima, o homem [capataz] jogou um laço nele [...] deu uma volta no laço assim. Amarrou a mão dele, amarrou na garupa do capataz e falou: “Vai se arrepender de ter nascido”. Apontando uma arma, olha bem, o que ele falou que tinha falado que não tinha votado com ele não [o patrão] (Rios & Mattos, 2005.p.253).

Por meio deste caso ocorrido com Simão, relatado por Cancino, é possível perceber que as disputas políticas da Primeira República não se distanciaram das interpretações da historiografia clássica sobre o tema que entende esses fenômenos narrados como características do coronelismo (Ver Leal, 1975). Ainda assim, é importante refletirmos se os trabalhadores rurais brancos sofreriam o mesmo tipo de punição corporal, o não cumprimento do “voto de cabresto” no coronel implicava consequência para toda a população pobre. Visto que essa conjuntura do período não excluía a atribuição do corpo negro como “eterno descendente de escravo” sem qualquer humanidade ou direito, pois o castigo dado para o homem negro foi justamente uma marca do período escravista, o açoite.

Logo, por meio desses relatos de Cancino, é possível fazer a vinculação entre trabalho rural e racismo no pós-emancipação Sul Fluminense. No Vale Fluminense, além do açoite, outra expressão de exploração e racismo pode estar expressa nos contratos de trabalho, em um contexto em que o número de trabalhadores decrescia em busca de melhores locais de trabalho, dado o controle dos latifundiários e pouca margem para acordos. Segundo Ana Rios e Hebe Mattos, as negociações estabelecidas na região Sul Fluminense detinham um teor paternalista do século anterior, isso na perspectiva dos proprietários de terra e muitas vezes essa lógica foi internalizada pelos próprios trabalhadores (Rios & Mattos, 2005. p.253).

Até aqui, nesta breve explanação, é notório que no cenário Sul Fluminense existiram normas e padrões que dificultaram, direta e indiretamente a ascensão social dos negros na região pós-1888. Nos estudos de teoria racial, conforme Silvio de Almeida, o uso da categoria *hegemonia* é mobilizado para a interpretação de processos históricos onde o grupo dominante (Almeida, 2019. p.28), no caso do Vale — homens brancos e proprietários de terras—, asseguram o controle de instituições de poder não só com uso da violência, mas na produção de consenso acerca de sua dominação. Outrossim, somada à essa dominação política e econômica de um grupo racial, há a própria constituição das teorias raciais no século XIX que tinham como intuito reforçar a inferioridade dos não-brancos (Ver Skidmore, 1976) que, tendo em vista a narrativa de Cancino, permaneceram.

A trajetória de Joaquim Elias nos apresenta mais uma amostragem da realidade Sul Fluminense. Neto de um africano “legítimo” como destaca, Elias ressalta um aspecto importante, pois seu avô não deixou o Vale pós-1888, mas migrou com sua família dentro da própria região no sistema de colonato. Este é um ponto bastante importante que provoca a reflexão sobre permanecer numa mesma região, não significou a permanência no mesmo local de trabalho. Do mesmo modo, a entrevista de J. Elias tem outros pontos que cruzam os debates desta pesquisa, além da constante migração no vale.

Acerca da presença de europeus no Sul Fluminense, ele diz não lembrar, apenas menciona a presença portuguesa e italiana em Macuco-RJ e ressalta: “eles não eram maltratados não, eles vieram para trabalhar mesmo”¹⁹. Obviamente a ausência de lembrança de Joaquim não comprova a ausência de europeus, mas somadas aos dados da *tabela 2*, é possível levar em consideração o baixo número. Todavia, nessa frase de Elias há alguns pontos centrais em torno da violência sofrida por colonos negros (i) ao afirmar que estrangeiros não eram maltratados deixa claro que a situação do negro/a era diferente; (ii) a diferenciação feita por Elias ao afirmar que “eles vieram para trabalhar” está ligada à desvalorização dos não-brancos enquanto trabalhadores e cidadãos desde as denúncias de João Miranda na Gazetinha. Elias não se via como um trabalhador, mesmo que estivesse executando mesmas tarefas dos estrangeiros. Isto posto, aponta para distinções raciais no campo Sul Fluminense mesmo que a presença de europeus fosse ínfima e brancos pobres brasileiros estivessem em menor número.

O relato de Joaquim Elias, também destaca o âmbito educacional no Sul Fluminense para os trabalhadores rurais locais. Ele relata que ele, seus irmãos e seus filhos não tinham tempo para estudar, pois o trabalho na roça impossibilitava isso, posto que o trabalho começava aos 10 anos de idade se iniciava as 5 horas da manhã e se encerravam por volta das 20 horas. O letramento é um facilitador para a reivindicação de direito, logo esta oposição entre o colonato e o letramento na região mantinha as gerações negras sem direitos básicos e possibilidade de ascensão social. Isso, contudo, não significa dizer que mesmo sem letramento a população negra local não tenha reivindicado direitos. A experiência dos colonos do Sul Fluminense acerca da educação expõe, na realidade, a estratégia de tentativa de dominação por partes das elites agrárias.

Na sequência, perguntado se a vida era difícil naquele tempo Joaquim responde: “toda a vida do pobre é difícil, mas naquele tempo era pior, hoje está ruim também, mas naquele tempo era pior. O pobre nunca teve facilidade na vida, às vezes quer comprar um remédio e não tem condições pra comprar”²⁰. Este depoimento a respeito da dificuldade de trabalho e saúde é quase unanimidade nas entrevistas feitas por Ana Lugão Rios. O mesmo ocorre na entrevista de Claudina de Souza Oliveira que destaca o medo que sua família tinha de remédios por falta de instrução e orientação médica. Perguntada também a respeito da dificuldade do período Claudina destaca: “Agora as coisas estão boas, quem é caseiro, tem a sua casinha direitinho, tem a liberdade de sair, tem posto médico. Meu irmão [à época] ficou aleijado na plantação de tomate, uma enxada pegou na perna dele e nisso ele ficou sem andar.”²¹. Neste trecho é exposto não só a ausência de cuidado médicos, mas a realidade insalubre do campesinato local, sem qualquer tipo de assistência, seguindo uma lógica do país no período e da mentalidade das oligarquias agrárias. Claudina

¹⁹ Joaquim Elias (Sr. Julião), Entrevista Concedida a Karina C. Baptista e Jacqueline Ribeiro Cabral. **Memória do Cativoiro e Identidade Étnica (1888-1940) - UFF**, Macuco-RJ, outubro de 1995. Disponível em: www.labhoi.uff.br.

²⁰ Joaquim Elias (Sr. Julião), Entrevista Concedida a Karina C. Baptista e Jacqueline Ribeiro Cabral. **Memória do Cativoiro e Identidade Étnica (1888-1940) - UFF**, Macuco-RJ, outubro de 1995. Disponível em: www.labhoi.uff.br.

²¹ Claudina de Souza Oliveira. Entrevista concedida a Ana M. Lugão Rios. **Memória do Cativoiro e Identidade Étnica (1888-1940) - UFF**, Paraíba do Sul, outubro de 1994. Disponível em: www.labhoi.uff.br.

ainda destaca que o período em que está, anos 1990, é muito melhor por ter a liberdade de sair. Relato parecido acerca da restrição de liberdade ocorre na entrevista de Florentina Seabra do Nascimento que ressalta a restrição de liberdade dos fazendeiros para com os trabalhadores colonos ainda nos anos 1920²².

Para compreender melhor as questões de restrição de liberdade, maus tratos e tempo de trabalho, precisamos entender a forma como foram postos os acordos entre os trabalhadores rurais e dono da terra. De acordo com Ana Rios (2005), um dos pontos fulcrais das relações do trabalho rural está no estabelecimento de contratos informais²³ entre ex-senhores e libertos, posto que com a diminuição de mão de obra os fazendeiros passam a impor o “sistema de meia”, onde metade da produção do colono era destinada a ele, mas também a lealdade e moral desses trabalhadores e trabalhadoras, com isso havia a restrição de liberdade dos colonos (Rios & Mattos, 2005. p.238) como nos 3 casos apontados acima. Porém, como exposto na maioria dos relatos, quando se sentiam injustiçados as famílias de colonos mudavam de fazendas como foram os casos da família de Cancino e Joaquim Elias. Claudina Oliveira, por exemplo se lembrava de ao menos 5 mudanças de fazendas só no município de Paraíba do Sul: “nós mudamos muito, muito mesmo”. Esse modelo de relação e negociação foi interpretado por Rios como *campesinato itinerante*, por mais contraditório que pareça, segundo ela este termo descreve a realidade do trabalho na região (Ibid. p.252).

Ana Rios vinculou esta exploração do Vale Fluminense à grande variedade de contratos e este “campesinato itinerante” que permitiram aos grandes fazendeiros acordos sempre vantajosos, pois as famílias camponesas sempre estavam em situação de instabilidade criada pelo próprio sistema de colonato e consequentemente a manutenção política e social de fazendeiros e seus familiares nas cidades Sul Fluminense por várias gerações (Rios e Mattos, 2005. p.254). Diante dessa realidade e das fontes apresentadas até aqui, podemos inferir que as associações dos lavradores e a mentalidade ruralistas mantiveram as estruturas de classe e raça para reequilibrar seus ganhos econômicos durante a Primeira República. Logo, a exploração em torno do colonato reafirma o caráter racial e de classe na base do *ruralismo barramansense* em específico e do Vale Fluminense em geral.

De acordo com Clóvis Moura (2019, p.84), importante sociólogo e ativista negro, a ação dos escravizados em busca da liberdade já se configurava como parte da luta de classes no Brasil. Para ele, não era possível separar o racismo da constituição da sociedade de classes, uma vez que após o 13 de maio o negro havia sido marginalizado, sem igualdade de direitos numa sociedade capitalista competitiva. Assim, para Moura, nesse processo há uma articulação entre raça e classe, dado que manter o negro marginalizado politicamente, socialmente, culturalmente e racialmente possibilitava aos grupos dominantes manterem os salários baixos. No caso dos trabalhadores do Vale Fluminense esta realidade se aplica não só com a desigualdade e luta por melhores condições de vida e trabalho, incluindo melhores salários, mas com a política de favores e manutenção de seus privilégios econômicos, sociais e políticos. Ainda conforme Moura, ao mesmo tempo que a marginalização do negro expõe como a classe está ligada à cor/raça, também demonstra a cristalização do racismo secular do país introjetado nesta ideologia da classe dominante brasileira composta, em suma, por homens brancos, grandes donos de terras e outras fontes de renda. Nesse sentido, consoante com Moura, “operários e escravos estariam em lutas paralelas” (Moura, 2019. p.254).

Em estudos mais recentes sobre a noção de *raça* e sua relação com exploração e desigualdade entre negros e brancos, o sociólogo Antônio Sérgio A. Guimarães destaca que ela é uma categoria analítica indispensável para pensar desigualdade e discriminação para além da classe (Guimarães, 2012. p.50). Nesta linha de associação entre raça e classe, buscamos interpretar o movimento dos trabalhadores rurais em Barra Mansa pós-emancipação. Diante do exposto, foi possível perceber que uma das respostas destas famílias negras frente à exploração e desigualdade, foi a migração. Seja num primeiro momento dentro da própria região como vimos, ou como constatam Nascimento(2012) e Coutinho da Costa (2015) com a migração em definitivo para outros locais do estado do Rio de Janeiro, em especial à Baixada Fluminense. Desta

²² Florentina Seabra Nascimento, Entrevista concedida a Carlos Eduardo da Costa, Raquel Pires e Marina Gama. *Memória do Cativo e Identidade Étnica (1888-1940)* - UFF, Paraíba do Sul, março de 2003. Disponível em: www.labhoi.uff.br.

²³ Rios define os acordos do Vale fluminense como informais por não serem estabelecidos por meios escritos, apenas pela palavra do fazendeiro e do trabalhador rural e dado o que é apresentado por ela esta é uma característica do Sul do Estado e não só casos isolados.

forma, ainda segundo Costa, a migração foi uma estratégia ativa de melhora de vida e mobilidade social principalmente em locais que possibilitavam o trabalho na lavoura e acesso à escola (Costa, 2015. p.115). No caso dos colonos do Vale Fluminense, os motivos que levam a deixar uma fazenda não eram apenas a falta de prosperidade e sim as péssimas condições e desacordos com os proprietários de terra. Além disso, havia ainda as questões da educação e do acesso mínimo a saúde. Como já apontava a imprensa de Barra Mansa, com “vinagre não se apanharia moscas”.

5. Considerações Finais

Mediante o exposto ao longo do artigo, evidenciamos diferentes perspectivas acerca do pós-abolição em Barra Mansa. Desde as críticas e denúncias de João Miranda em relação a condição do negro na cidade nos primeiros anos do século XX, perpassando pela reorganização das políticas econômicas e agrárias da cidade pós-1888, tal como as disparidades raciais e tentativas de controle dos colonos por parte das elites rurais que buscavam manter os privilégios obtidos durante o século XIX. Por fim, demonstramos algumas experiências de trabalhadores rurais locais e como os mesmos agiram em uma realidade marcada por desigualdade econômica e racial, tendo a população negra e rural respondido à exploração e racismo com a migração.

Outrossim, é importante salientar que a migração foi parte da experiência e resistência dos trabalhadores rurais em Barra Mansa, mas não a única. Os estudos sobre migração demonstram que este não era um ato simples, na medida em que demandava o deslocamento familiar, deixar as origens e laços constituídos para reconstruir a vida em um local muitas vezes desconhecido (Ver Fontes 2008; Coutinho, 2015). Ademais, este esforço da classe trabalhadora rural representava impactos econômicos às elites rurais dado a pressão da imprensa para atrair trabalhadores e melhorar a produtividade em uma cidade que perdeu aproximadamente 7 mil habitantes entre 1900 e 1911, como destaca a *tabela 1*.

Nesse sentido, o título deste texto é uma crítica à perspectiva adotada pelos potentados rurais e a imprensa de Barra Mansa e região, que interpretou os trabalhadores como moscas que precisavam ser atraídas para o trabalho rural. Como vimos, colonos negros/as se recusaram as formas de controle e exploração do grande latifúndio e quando se entenderam livres e injustiçados, deixaram as fazendas ou até mesmo a localidade. Para o Sul Fluminense, região que conta com poucos trabalhos acerca do pós-abolição e Primeira República, é fundamental percebermos as experiências de negros e negras pós-1888, dentro e fora dos mundos do trabalho. Isso não implica dizer que não houve outras formas de resistência como a formação de roças, a exemplo do que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense (Ver Dória, 2023; Nascimento, 2012), ou até mesmo grandes propriedades de pessoas negras na região. Mas, dentro dos limites deste trabalho, a resistência de maior impacto na economia e contrária às hierárquicas raciais no campo, em Barra Mansa, foi a migração.

Sendo assim, este trabalho contribui para o preenchimento de um limbo historiográfico acerca das relações raciais e econômicas de uma região que foi o centro econômico e escravista do país no século XIX e que ao perder seu maior ativo, à escravidão, passou por processos de reorganização e antagonismos entre potentados rurais e colonos, no que tange as tentativas de manutenção de hierarquias raciais e a resistências dos trabalhadores rurais, sobretudo negros/as. Diferente da valorização que João Miranda almejava aos trabalhadores do campo: “a redenção de negros e negras em Barra Mansa”, a solução encontrada por essas famílias rurais em busca de melhoria econômica – entre outros direitos básicos – foi o deslocamento regional. Vejamos esse movimento como parte da heterogeneidade de ações e resistência no pós-emancipação brasileiro.

6. Referências Bibliográficas

6.1 Fontes

A PASTA DA AGRICULTURA. **Jornal Gazetinha**, Barra Mansa-RJ 27 de junho de 1909. Publicações Seriadas, Biblioteca Nacional (BN).

Teresa Marcelina da Silva. Entrevista concedida a Ana M. Lugão Rios. **Memória do Cativo e Identidade Étnica (1888-1940) - UFF**, Paraíba do Sul, novembro de 1994. Disponível em: www.labhoi.uff.br.

PELA LAVOURA. **Gazetinha**, Barra Mansa, 24/12/1921. Centro de Memória de Barra Mansa (CEDOC-BM).

PELA LAVOURA. **Jornal Gazetinha**, Barra Mansa-RJ 17 de outubro de 1909. Publicações Seriadas, Biblioteca Nacional (BN).

Imprensa Barramansense. Barra Mansa-RJ, outubro de 1889. Publicações Seriadas, Biblioteca Nacional (BN).

INDIFFERENTISMO. **Jornal Gazetinha**, Barra Mansa-RJ 16 de março de 1909. Publicações Seriadas, Biblioteca Nacional (BN).

Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Diretoria Geral de Estatística. Disponível em: archive.org.

UMA QUESTÃO MOMENTOSA. **Gazeta da lavoura**. Barra Mansa, RJ. 8 de dezembro de 1918. Publicações Seriadas Raras, Biblioteca Nacional (BN).

Gazeta da lavoura. Barra Mansa, RJ. 28 de março de 1918. Publicações Seriadas raras, Biblioteca Nacional (BN).

OUTRA REUNIÃO DE FAZENDEIROS EM BARRA MANSA. **Gazeta da lavoura**. Barra Mansa, RJ. 10 de março de 1918. Publicações Seriadas raras, Biblioteca Nacional (BN).

Gazeta da lavoura. Barra Mansa, RJ. 8 de dezembro de 1918. Publicações Seriadas raras, Biblioteca Nacional (BN).

6.2 Bibliografia

ALBERTO, Paulina. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Campinas, Editora da Unicamp, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVIM, Rosilene. **A sedução da Cidade: Os operários-camponeses e a fábrica de Ludgreen**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branquitude e branqueamento no Brasil**. CEERT, São Paulo. 2001

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARDOSO, Lourenço. **O Branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude**. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun. 2011 p. 81-93.

CORRÊA, Dalmir Monteiro. **O Vale do Paraíba Fluminense - Aspectos da formação Social e Econômica**. Rio de Janeiro. Gráfica e Editora Jornal de Hoje Ltda, 1980.

COUTO, André Luiz Faria. **Do império à república: a vida política no município de Barra Mansa**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, 2016.

DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015.

DA SILVA, Robson Dias. **Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)**. Campinas - SP, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) — UNICAMP, 2004.p.27.

DEZEMONE, Marcus. **O colonato na região serrana fluminense: conflitos rurais, direitos e resistências cotidianas** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 265-284, julho-dezembro 2015.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo em São Paulo**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2019. p.33

DÓRIA, Júlio Cesar de Souza. **Os camponeses do sertão do Rio de Janeiro: a comunidade camponesa negra e mestiça de Vargem Grande**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 43, nº 92, 2023 [dx.doi.org](https://doi.org/).

FREIRE, Jones. CARULA, Karoline. **Raça, gênero e classe: trabalhadores(es) livres e escravizados(as) no Brasil**. 1.ed. – Rio de Janeiro. Editora Maud X: FAPERJ:2020.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008. p.54.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raça e Democracia**. São Paulo, Editora 34, 2012. p.23

LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes no Extremo-Oeste Paranaense (1970-2000)**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. p.8

CHALHOUB. Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

LIMONAD, Ester. **Os Lugares da Urbanização: O caso do interior fluminense / São Paulo**, 1996. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP. 1996.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBO, Eulália M. L. **História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro**. Rio de Janeiro, RJ: IBMEC, Volumes 1 e 2, 1978.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX** in: SALLES, Ricardo & GRINBERG, Keila (org.). **O Brasil Imperial** – vol. 3 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)** 3º ed.rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p. 216.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: Significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; Nova fronteira, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONSMA, Karl. “Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista” **Revista Dados** vol. 53, n.2, p.509-543. 2010.

MONSMA, Karl Martin. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2021

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2.ed - São Paulo: Perspectiva, 2019. p.84.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NEGRO, Luigi Antônio. **Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa**. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 16, n. 31-32, p. 40-61, 1996.

NUNES LEAL, Victor. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Cidadania e Gente Negra no Brasil – uma incompatibilidade construída**. Portal Geledés, 2022. Disponível em: www.geledes.org.br.

RIOS, Ana Lugão; Mattos Hebe. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Maria Fernanda de Oliveira Coutinho. **A pecuária leiteira no pós-abolição- As transformações econômicas em Resende-RJ (1888-1940)** in ABREU, Marta; PEREIRA, Matheus Serva

(orgs.) **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. – Niterói: PPGHistória-UFF, 2011 p.377.

SALEM, Nikson. **Barra Mansa**: 1910. Barra Mansa: Gráfica Irmãos Drumond, 2016.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**: vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

STEIN, S. Vassouras 1850-1900: **Um município brasileiro do café**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição**. Tradução, Denis Augusto Fracalossi – 2.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

TERRA, Paulo Cruz. **Classe, Raça e Nacionalidade**: conflitos e solidariedades entre os carregadores e os carroceiros no porto carioca p.230 in FREIRE, Jones. CARULA, Karoline. Raça, gênero e classe: trabalhadores(es) livres e escravizados(as) no Brasil. 1.ed. – Rio de Janeiro. Editora Maud X: FAPERJ:2020.

THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WHATELY, Maria Celina. **O café em Resende no século XIX.**. Rio de Janeiro, RJ. J. Olympio. RJ. 1987.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.